



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

27/06/2017

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. DESEMBARGADOR.....	2 - 4
1.3. VARA CRIMINAL.....	5
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. PLANTÃO NO TJMA.....	6
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. CORREGEDOR (A).....	7
3.2. VARA CRIMINAL.....	8
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. JUÍZES.....	9
4.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	10
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. CENTRAL DE INQUÉRITOS.....	11
5.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	12
5.3. COMARCAS.....	13
5.4. CONVÊNIOS.....	14
5.5. CORREGEDOR (A).....	15
5.6. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	16
5.7. JUÍZES.....	17
5.8. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	18
5.9. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	19

União é celebrada em Cururupu

Projeto "Casamentos Comunitários" foi instituído pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

CURURUPU

A Praça do Carvalho, no Centro da cidade de Cururupu - distante 453 km de São Luís - foi palco de cerimônia que reuniu cerca de 600 pessoas, na celebração de matrimônio de 114 casais, na primeira edição do projeto "Casamentos Comunitários", na Comarca este ano.

O evento - que reuniu também pessoas do município de Serrano do Maranhão - foi aberto pelo desembargador José Luiz Almeida, que, na solenidade, representou o desembargador Cleones Cunha, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Conduzidos por dama de honra e pajem, sob tapete vermelho, os



Divulgação

Cerca de 600 casais participaram da cerimônia coletiva em Cururupu

casais se posicionaram no local da cerimônia ao som da marcha nupcial executada pela banda de música municipal "Maestro Liberalino Miranda", na Praça de Eventos da cidade.

O juiz auxiliar da Presidência do TJMA, Júlio Praseres, celebrou a união do casal mais jovem da cerimônia - os estudantes Elielson Reis Fonseca (19 anos) e Ana Cláudia Silva Fonseca (16 anos). ●

Pela ordem

OAB critica ação de promotor contra advogada de Roseana

POLÍTICA 3

OAB critica perseguição de promotor a advogada de Roseana Sarney

Seccional maranhense da Ordem divulga nota em que condena “ação deliberada” do promotor Paulo Roberto Ramos contra Anna Graziella Neiva

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB-MA), criticou ontem, em nota oficial, a ação deliberada do promotor Paulo Roberto Ramos, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica de São Luís, contra a advogada Anna Graziella Neiva, que representa na Justiça a defesa da ex-governadora Roseana Sarney (PMDB). O desagravo da Ordem a uma de suas integrantes diz respeito a fatos relacionados ao chamado “Caso Sefaz”.

Paulo Ramos pediu, no dia 1º de junho, a abertura de um inquérito para apurar suposto vazamento de uma decisão complementar da juíza Oriana Gomes, da 8ª Vara Criminal de São Luís, pelo bloqueio de bens da ex-governadora.

Ação é considerada temerária pela OAB

A informação supostamente vazada consta de um mandado de segurança impetrado pela advogada no dia 27 de março deste ano. Segundo a Ordem, no entanto, o sigilo desses dados só existiu “até a concretização do ato [bloqueio de bens], efetivado no dia 14 de março de 2017”. A decisão era do dia 10 do mesmo mês.

“Além do fato de que a advogada tinha a prerrogativa de acessar os autos, acrescenta-se que a decisão judicial de bloqueio de bens, profe-



Arquivo



Arquivo

Promotor Paulo Roberto Ramos tem agido cada vez mais posicionado contra a advogada de Roseana

rida pela Juíza da 8ª Vara Criminal, foi sigilosa apenas até a concretização do ato, efetivado no dia 14 de março de 2017. Mas somente no dia 27 de março de 2017 a advogada impetrou Mandado de Segurança pela cassação da decisão no Tribunal de Justiça do Estado de Maranhão (TJ-MA)”, acrescenta o texto.

No comunicado, a OAB-MA sustenta que a ação do representante do MP contra a advogada é “temerária”.

“Trata-se de completa teratologia jurídica [a acusação de corrupção ativa], na medida em que a lei assegura aos advogados a prerrogativa de acessar os autos de qualquer inquérito ou processo, e ainda de quaisquer documentos e suas respectivas decisões judiciais, sendo descabido imaginar que alguém poderia corromper terceiro para ter acesso a documentos cujo acesso já lhe é assegurado por lei”, destaca a nota.

Entidade aponta vazamento por parte de Paulo Roberto

No mesmo texto, a entidade representante dos advogados acaba por lançar suspeita sobre o próprio promotor. Segundo a Ordem, em todo o caso é Paulo Roberto quem poderia ter sido beneficiado por vazamento de informação processual sigilosa.

Ao pedir a abertura de inquérito, diz a nota, o promotor anexou cópias de um mandado de segurança impetrado pela defesa de Roseana Sarney, além da procuração em nome de Anna Graziella e da íntegra de uma decisão do desembargador Fróz Sobrinho, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) pelo desbloqueio dos bens da peemedebista. Ocorre que era esta decisão do TJMA, destaca a OAB-MA, que estava sob

segredo de Justiça.

Como Paulo Roberto Ramos não atua no TJ como representante do MP, em tese ele não poderia ter tido acesso ao despacho do desembargador.

“O que se apura dos fatos é que o senhor Promotor de Justiça, de forma veementemente contrária à lei, requisitou instauração de tal Inquérito Policial anexando cópia da petição do Mandado de Segurança ofertado pela advogada, procuração da constituinte para a advogada e a dita decisão, documentos estes sim, que, inclusive para o senhor promotor, ESTAVAM SOB SEGREDO DE JUSTIÇA determinado pelo Egrégio TJ-MA”, diz o documento. ●

Acusado da morte de ex-namorada vai a júri em Imperatriz

Jadeon Jeová Cabral, que mandou um menor praticar o crime, foi pronunciado pela Justiça

O Poder Judiciário afirmou que Jadeon Jeová Cabral vai a júri popular, mas ainda não há previsão de quando o julgamento será realizado. Ele é acusado de ser o mandante da morte da sua ex-namorada, Nayara Reis Paixão, fato ocorrido no dia 7 de outubro do ano passado, na Avenida Frei Manoel Procópio, no centro de Imperatriz.

O processo desse crime está sendo analisado pela juíza titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, Ana Lucrécia Sodré, que presidiu, no mês de maio último, duas audiências de instrução, quando foram ouvidos os representantes do Ministério Público, testemunhas e os

dois acusados desse assassinato.

Um dos envolvidos é um adolescente, que declarou que foi o autor do disparo que matou a Nayara Paixão. Jadeon Jeová, por sua vez, informou que estava pilotando a motocicleta usada para seguir a jovem no dia do crime. A juíza, então, pronunciou Jadeon Jeová a júri popular. Ele pode responder por feminicídio, mas a defesa ainda pode recorrer ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Após o crime, a polícia apreendeu o menor em Imperatriz, enquanto o mandante conseguiu fugir para Aracatuba, no estado de São Paulo, onde foi preso e transferido para o Maranhão. No momento, ele está preso

Divulgação



Jadeon Jeová Cabral fugiu após o crime, mas foi preso em SP

na Unidade de Ressocialização de Imperatriz.

Feminicídio

Só este mês, três mulheres maranhenses foram vítimas de feminicídio, e entre os autores desses crimes dois são militares. A última vítima foi Andréa Miranda Teixeira, de 34 anos, morta a golpes de faca em sua resi-

dência, no Coroadinho, no último dia 21. Ainda segundo a polícia, o acusado desse crime foi o ex-companheiro da vítima, Ivar de Matos, de 42 anos. Ele foi preso e se encontra no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

A outra maranhense morta, Iarla Lima Barbosa, de 25 anos, era natural da cidade de Eugênio Barros. Ela foi morta a tiros pelo namorado, o tenente do Exército José Ricardo Silva Neto, em Teresina, no dia 19 deste mês. O militar ainda é suspeito de ter atirado em mais duas pessoas, a irmã da vítima e uma amiga dela, que estavam juntas quando o casal iniciou uma discussão.

O primeiro caso de feminicídio do mês envolveu o ex-comandante do 15º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Miguel Gomes Neto, de 49 anos, que primeiramente teria feito a sua esposa, a agente penitenciária Clodiany Carvalho Garcia, 38 anos, refém, e em seguida lhe agrediu fisicamente e a matou a tiros, e logo depois teria cometido suicídio. O fato ocorreu no dia 11, em Barreirinhas, onde o casal estava desde o dia 8. ●

BateRebate

FERIADO DO DIA 29 DE JUNHO

O Tribunal de Justiça do Maranhão e o Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha terão o expediente suspenso apenas na quinta-feira (29), feriado municipal de São Pedro. O expediente forense ocorrerá normalmente na sexta-feira (30 de junho), data em que ~~vencem~~ vencem os prazos judiciais referentes ao dia 29.

Durante o dia 29 de junho, a Justiça de 2º Grau e o Termo Judiciário de São Luís funcionarão em regime de plantão. No 2º Grau, o desembargador Raimundo Melo é quem recebe as demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros. Os servidores de plantão são Vivian Araújo e Sandra Macedo (oficiala). As escalas de plantão podem ser acompanhadas no site em “Plantão do 2º Grau” e em “Plantão de Fóruns”. O plantão judicial de 2º Grau funciona em forma de sobreaviso, pelo telefone (98) 98815-8344. Os contatos do Plantão de 1º Grau em São Luís são (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal).

DIVULGAÇÃO



Corregedores-gerais realizam encontro em BH

A corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, que integra a diretoria do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça (CCOGE), estará no evento acompanhada dos juízes auxiliares da CGJ, José Américo Abreu Costa e Rosária de Fátima Almeida Duarte. Segundo a desembargadora corregedora, durante o evento serão debatidos propostas e ações para a melhoria da prestação jurisdicional e das atividades administrativas nas unidades judiciais de 1º Grau. “O 75º Ecoge discutirá os desafios de gestão e planejamento no âmbito da 1ª Instância. As propostas obtidas no Encontro proporcionarão às corregedorias subsídios para o aperfeiçoamento do Planejamento Estratégico dos órgãos”, resalta Anildes Cruz.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Choque de togados (1)

O bloqueio dos bens de Roseana Sarney, em março deste ano, pela juíza Oriana Gomes até hoje gera arregação jurídico. Agora foi a seccional maranhense da OAB que desagradou, em nota emitida ontem, a advogada Anna Grazeilla Neiva. Ela defende Roseana e estaria sofrendo perseguição por parte do promotor Paulo Roberto Ramos.

Choque de togados (2)

O promotor atua no mesmo barulhento Caso Sefaz, que resultou no tal bloqueio dos bens de Roseana e mais outras pessoas. Paulo Roberto acusa Graziella de vazar a decisão da juíza, ao ingressar no mesmo mês com mandado de segurança em favor de Roseana.

Prefeitura faz licitação para compra de medicamentos

Empresa será escolhida após credenciamento e avaliação das propostas

Divulgação



O presidente da CPL, Luís Gomes Júnior, enfatiza a transparência nos processos licitatórios da Prefeitura

A Prefeitura de Imperatriz, através da Comissão Permanente de Licitação (CPL), iniciou o certame para a compra de medicamentos que abastecerão os estoques da rede municipal, principalmente os postos de saúde e o Hospital Municipal, "Socorrão" (adulto e infantil). Todo processo tem ocorrido de maneira transparente e os editais foram publicados no site <http://www.prefeituradeimperatriz.com.br/>

O presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL), Luís Gomes Lima Júnior, resalta a lisura do processo que ocorre no parâmetro dos princípios da legalidade, sendo uma "licitação complexa, pois envolve um número maior de licitantes neste certame".

Ele explicou que a CPL iniciou ontem (26) a abertura do procedimento e o credenciamento das empresas e, em seguida, suspenderá a "sessão de licitação" para analisar as propostas ofertadas pelos licitantes para compra de medicamentos.

A escolha da empresa vencedora somente ocorrerá depois do credenciamento e avaliação das propostas e, posteriormente, habilitação da firma, de acordo com a exigência das leis nº 8.666 e nº 10.520, do Pregão, bem como os documentos obrigatórios publicados no edital. "A que oferecer o melhor preço e, depois, for habilitada em todos os documentos legais", será declarada ven-

cedora do certame" - informou.

Luís Gomes Júnior convidou todos os órgãos de fiscalização, o Poder Judiciário, Ministério Público e a Câmara de Vereadores, para acompanharem o andamento dos processos licitatórios da Prefeitura de Imperatriz.

Licitação de leite especial

Em atendimento às ordens judiciais, a Prefeitura também realiza procedimento licitatório para aquisição de leites especiais, destinado às famílias de baixa renda ou mães que, comprovadamente, não dispõem de condições de adquirir o alimento. "O município cumprirá essa determinação judicial, pois essa alimentação especial visa suprir as necessidades das crianças ou das mães que estão abaixo do peso, pois esse certame atende a essa demanda da Secretaria Municipal de Saúde (Semus)" - explicou Luís Gomes Júnior. *(Gil Carvalho / Vicente Pinheiro - Ascom/PMI)*

Fora da Pauta

Willian Marinho

williamarinho@hotmail.com

Cavalgada

Neste ano não serão permitidas barracas e tendas durante parte do trajeto na avenida Getúlio Vargas.

Durante as últimas semanas várias reuniões foram realizadas no Sindicato Rural de Imperatriz para desenhar o formato da cavalgada, evento que abre a 49ª Exposição Agropecuária de Imperatriz, que acontecerá no dia 08 de julho.

Força-Tarefa

Levando em consideração as proporções do evento, uma força tarefa - envolvendo diversos órgãos e instituições – foi formada para definir estratégias que possam melhorar a dinâmica do evento. Participaram das reuniões: a Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público, Polícia Rodoviária Federal, Vara da Infância, Conselho Tutelar, Exército, Secretaria de Trânsito, Secretaria de Planejamento Urbano, Sindicato Rural, Corpo de Bombeiros e a Polícia Montada.

Melhorar

Para Renato Pereira, presidente do Sinrural, ainda existem pontos a melhorar na cavalgada, mas que já houve uma grande evolução. “O intuito sempre é fazer uma cavalgada mais segura, que tenha um trânsito mais fluido, sem interditar as vias da cidade e da BR por muito tempo. Nós não medimos esforços para, junto de todos esses órgãos aqui reunidos, fazermos com que, a cada ano, a cavalgada evolua e tenha mais segurança e fluidez”.

PMs são presos em São Luís por assalto com furto de veículo e roubo de máquinas caça-níquel

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor) e o Departamento de Investigação de Crimes Funcionais (Dicrif), após representação feita ao Juízo da Central de Inquéritos de São Luís, com apoio da Polícia Militar, cumpriu mandados de prisão, nessa segunda-feira (26), contra o 3º sargento Fernando Araújo Sobrinho, do 6º Batalhão de Polícia Militar (BPM); e o soldado Carlos Magno dos Santos Pereira, do 9º Batalhão. Ainda no domingo (25), policiais militares do 6º BPM capturaram o vigilante José Arnaldo Coelho Soares, como sendo comparsa dos PMs presos.

Conforme informações da Polícia Civil, todos são suspeitos pela prática de roubo no dia 12 de maio, deste ano, a um comércio localizado no Anjo da Guarda, de onde foram levados dinheiro e máquinas caça-níquel.

Segundo os investigadores que participaram da operação, para praticar o crime, os suspeitos

Divulgação



O vigilante José Arnaldo também foi preso, apontado como comparsa dos policiais militares

usaram coletes, armas de fogo e o carro particular do policial Sobrinho, um Renault Duster. Eles teriam sido ainda filmados durante a ação criminosa, o que ajudou na identificação de todos.

Foi informado ainda que os dois policiais militares também tiveram prisão preventiva decretada pela Vara da Central de Inquéritos, por suspeita de prática de roubo de um veículo Corolla, no dia 2 de dezembro de 2016, no bairro Outeiro da Cruz. Na ocasião, conforme as investigações, eles estavam em companhia de um terceiro homem, que está foragido. Utilizando armas de fogo, o trio atacou o proprietário do Corolla e levou o veículo. Os policiais militares foram recolhidos ao presídio militar do Comando Geral da PM, no Calhau. E o vigilante José Arnaldo Coelho Soares foi encaminhado ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde permanecerá à disposição da Justiça.

(DE O INFORMANTE)

Conciliação

O Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promove, no período de 3 a 7 de julho, no Shopping Rio Anil, mais uma edição deste ano do Balcão de Renegociação de Dívidas, em São Luís.

A iniciativa – voltada para os habitantes de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa – visa incentivar o diálogo e oportunizar a celebração de acordos entre clientes em situação de inadimplência e empresas, bancos. As empresas interessadas em participar devem entrar em contato pelo e-mail conciliar@tjma.jus.br ou pelo telefone: (98) 3198.4558 – Coordenação de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

Informe JP

Miudinhas

- Estará suspenso na próxima quinta-feira (29) o expediente forense nas comarcas de Sucupira do Norte e Icatu. Em ambas as comarcas, a suspensão do expediente se dá em função de feriado municipal comemorativo do Dia de São Pedro e instituído em Lei Municipal - Lei Municipal 28/85 (Sucupira do Norte) e Lei Municipal 430/1985 (Icatu).

Parceria do TJMA com o Ministério do Meio Ambiente viabilizará capacitação de servidores

Uma parceria institucional para treinamento dos servidores do Judiciário maranhense na área de Gestão Pública Sustentável foi a pauta central de reunião entre o presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça, desembargador Jorge Rachid, e membros do Ministério do Meio Ambiente. A adesão do TJMA à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), em agosto deste ano, foi outro assunto discutido no encontro. A proposta é que a equipe técnica do Ministério do Meio Ambiente promova capacitações

contemplando os seis eixos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) – uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; compras públicas sustentáveis e construções sustentáveis.

Para o desembargador Jorge Rachid, a parceria com o Ministério e a adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública fortalecem as ações já realizadas no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão por meio

do Plano de Logística Sustentável (PLS). Os cursos de sensibilização estão previstos para acontecer no segundo semestre.

O encontro ocorreu no mesmo período do seminário “Sustentabilidade na Administração Pública: Panorama e Estratégias de Gestão”, promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e Superior Tribunal de Justiça (STJ), no período de 20 a 22 deste mês. O desembargador participou do evento com as servidoras Joelma Nascimento e Jaciara Silva, membros da equipe do Núcleo de Gestão Socioambiental do TJMA.

Informe JP

Miudinhas

- Acontece, em Belo Horizonte, de 28 a 30 de junho, a 75ª edição do Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (75º ENCOGE). Nesta edição, os corregedores da Justiça debaterão o tema “As Corregedorias, o Planejamento Estratégico e a Gestão das Unidades Judiciárias de 1ª Instância”.
- Segundo a corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, serão debatidos propostas para a melhoria da prestação jurisdicional e das atividades administrativas nas unidades judiciais de 1º Grau.

Informe JP

Miudinhas

• Os juízes Maria Izabel Padilha (Turma Recursal) e Gustavo Henrique Silva Medeiros (juiz auxiliar) respondem, respectivamente, pelos plantões cível e criminal da Comarca da Ilha de São Luís, de ontem (26) até domingo (2).

Icatu

Justiça decide que Município deve providenciar moradia digna para mulher e filhos menores

Por determinação do juiz Karlos Alberto Ribeiro Mota, titular da comarca de Icatu, o Município tem o prazo de cinco dias para “providenciar moradia digna, com mobília suficiente para assegurar sua habitação” para A.B dos S. e os quatro filhos menores. A sentença, publicada às páginas 1137 e 1138 do Diário da Justiça Eletrônico datada do último dia 22 de junho, atende à Ação de Obrigação de Fazer com Pedido de Tutela de Urgência.

Na ação, a autora relata que reside no Município há seis anos juntamente com quatro filhos menores. A princípio morando no povoado Retiro, em imóvel cedido gratuitamente, a autora se viu obrigada a buscar outro lugar para viver, uma vez que estava grávida de oito meses e o imóvel onde residia com os filhos encontrava-se em péssimas condições, ameaçando desabar.

Informada que no povoado Bom que Dói havia imóveis abandonados oriundos do Programa Minha Casa, Minha Vida, a autora resolveu mudar para um dos imóveis, acreditando que os mesmos pertenciam à municipalidade.

MATAGAL E SUJEIRA

Foi assim que no dia 7 de setembro de 2016 ingressou em um dos imóveis referidos, que se encontrava abandonado, “rodeado

de matagal, muita sujeira e fezes humanas em seu interior”. A autora relata ainda que os vizinhos afirmaram que a casa ocupada por ela até então servia apenas para utilização por parte de usuários de drogas, situação essa relatada em boletim de ocorrência anexado ao processo.

Segundo A., após ocupar a casa, ela solicitou a ligação de energia elétrica e passou a cuidar do imóvel até ser surpreendida pelo aparecimento de J.V.G., que se identificou como dono da casa, exigindo, “com muita arrogância e agressividade”, a imediata saída da moradora e dos filhos, para o que teria inclusive solicitado apoio policial.

ACORDO

Ainda segundo o relato da autora, citada em Ação de Reintegração de Posse movida por J.V. em desfavor dela, compareceu à audiência realizada em 11 de abril último quando, “por não estar acompanhada de defesa técnica, acabou realizando acordo para desocupação do imóvel”.

Dias depois, diante do acordo realizado e desesperada com o fato de não ter para onde ir com os filhos resolveu procurar a Defensoria Pública do Estado do Maranhão, ocasião em que foi formulado recurso de apelação com o fim de impedir a imediata desocupação do imóvel pela

autora até o julgamento do recurso.

A autora sustenta ainda que não tem condições de trabalhar regularmente por possuir quatro filhos, todos menores de 15 anos, sendo um de apenas seis meses; que a única renda percebida é de R\$ 317, provenientes do Programa Bolsa Família; que não possui pais vivos e que os irmãos já se pronunciaram quanto à impossibilidade de ajudá-la, e que o imóvel onde morou anteriormente no povoado Retiro já desabou.

APLICAÇÃO IMEDIATA

Destacando o direito social à moradia preconizado no art.6º da Constituição Federal, o juiz afirma que o citado direito “não encerra apenas uma promessa de atuação estatal, mas tem aplicação imediata”. E ressalta: “Cabe ao Estado formular e implementar condições indispensáveis ao seu pleno exercício, a fim de garantir aos cidadãos o acesso universal e igualitário dos direitos fundamentais”.

“Constato a verossimilhança das alegações da Requerente bem como o fundamento suficientemente relevante para o deferimento da medida, haja vista que aquela demonstra impossibilidade de garantir, por seus próprios meios, seu direito à moradia”, conclui.

Tribunal de Justiça do Maranhão tem expediente suspenso no feriado de 29 de junho

O Tribunal de Justiça do Maranhão e o Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha terão o expediente suspenso apenas na quinta-feira (29), feriado municipal de São Pedro. O expediente forense ocorrerá normalmente na sexta-feira (30), data em que vencem os prazos judiciais referentes ao dia 29. Na quinta, a Justiça de 2º Grau e o Termo Judiciário de São Luís funcionarão em regime de plantão. No 2º Grau, o desembargador Raimundo Melo é quem recebe as demandas

urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros. Os servidores de plantão são Vivian Araújo e Sandra Macedo. O plantão judicial de 2º Grau funciona em forma de sobreaviso, pelo telefone (98) 98815-8344. Os contatos do Plantão de 1º Grau em São Luís são (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal).

CGJ entrega 116 títulos de regularização imobiliária no bairro da Santa Efigência



Moradores lotaram auditório da associação de moradores

Cumprindo determinação da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital, Luzia Madeiro Neponucena, conduziu nesse sábado (24) a entrega de 116 títulos de regularização imobiliária a moradores do bairro da Santa Efigência, em São Luís, durante cerimônia realizada na Associação de Moradores do Bairro. Representantes da associação e líderes comunitários da área acompanham o ato. Durante a entrega, Luzia Neponucena informou aos moradores que a conquista dos títulos é resultado de uma parceria realizada entre o Estado do Maranhão e a Corregedoria Geral da Justiça, por meio de um provimento assinado em 2015. “Na gestão da corregedora Anildes Cruz essa ação social tem sido intensificada, proporcionando a cada morador

em situação irregular a regularização definitiva de seus imóveis, ou seja, não estamos fazendo regularização fundiária, mas a regularização imobiliária, porque cada beneficiário já tem um documento de cessão de uso do Estado, e todos irão receber seus registros de propriedade”, ressaltou a magistrada. Geusa Maria Costa, presidente da Associação de Moradores, disse que até ao final do ano todos os inscritos receberão os seus títulos. “Este é o terceiro ato de entrega de títulos só neste bairro. Os que já receberam estão em pleno exercício da cidadania, obtendo direitos que antes lhes era negado, mas graças essa parceria da Corregedoria da Justiça com o Estado, muitos estão conseguindo até empréstimos para melhorias em seus imóveis”, assinalou a presidente da Associação.